

QUALIDADE E GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA: POR UMA FORMAÇÃO PARA GESTORES ESCOLARES

Michelle Fernandes Lima – UNICENTRO – Brasil – mfernandeslima@yahoo.com

Simone de Fátima Flach – UEPG – Brasil – eflach@uol.com.br

Introdução

A formação continuada dos gestores escolares é aspecto essencial no contexto de defesa da escola pública e de qualidade. No entanto, a educação pública brasileira tem se constituído em campo de disputa hegemônica e se tornado solo fértil para a atuação de agentes privados. Tais agentes têm atuado, sob a proteção do Estado, na elaboração do projeto de educação para o Brasil. Nesse contexto, a hegemonia de uma classe sobre a outra se dá pela direção e pelo domínio, pois a classe hegemônica é, ao mesmo tempo, “dirigente das classes aliadas” e “dominante das classes adversárias” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 366).

Nesse quadro e tendo em vista a luta por outra hegemonia, o presente texto tem por objetivo relatar experiência sobre a realização de curso de formação sobre qualidade e gestão da escola, realizado pela direção estadual da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) no Paraná: um curso extensão destinado aos profissionais da Educação Básica e estudantes das licenciaturas, com o objetivo de discutir temas referentes a qualidade e gestão da escola pública.

Essa iniciativa partiu da necessidade de oferecer momentos de formação que abordem a gestão da escola pública, a partir de eixos articuladores tais como: qualidade da escola e da educação: campo em disputa; relação família-escola; o Projeto Político Pedagógico processo coletivo; a gestão da escola; a gestão de recursos financeiros; novas propostas para a gestão da escola. Essa proposta está articulada a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE/PR) e aos grupos de pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação (DEPED/PPGE/UNICENTRO) e Grupo de pesquisa Capital, Trabalho e Educação: Formação de Professores e Políticas Educacionais (GFPCATE/PPGE/UEPG).

A realização do curso buscou aproximar a Universidade da Educação Básica via proposta de formação continuada, bem como, a interface com os cursos de licenciaturas. Os encontros ocorreram de forma remota, via plataforma digital, no período de agosto a novembro de 2021 com carga horária total de 40 horas. Para subsidiar as discussões, os cursistas realizaram estudos prévios de materiais disponibilizados pelos ministrantes.

Tendo em vista a socialização da iniciativa e dos resultados obtidos, apresentamos relato sobre o curso de formação, bem como, apontamentos dos participantes sobre esse processo de formação. A partir desse processo é possível refletir sobre a necessidade de ocupar e disputar espaços de formação continuada dos gestores das escolas públicas e, nesse processo, fomentar discussões alinhadas ao projeto de educação pública desvinculada dos interesses do mercado e que de fato atenda os interesses da classe trabalhadora.

Formação continuada: em destaque a qualidade e a gestão da escola pública

Compreendemos que a escola é um espaço de conflitos e que interesses diversos estão presentes no cotidiano escolar. Para a organização desse importante lugar de formação, alguns documentos legais apontam como a gestão democrática deve se efetivar no contexto escolar e educacional. Dentre tais documentos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, estabelece que “os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público” e que alguns princípios devem ser observados: “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” e “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”, conforme previsão no art. 14 (BRASIL, 1996, on line). Além disso, o mesmo diploma legal indica que é dever dos Sistemas de Ensino assegurar “progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira” (BRASIL, 1996, on line), evidenciando que a autonomia é pressuposto para que as unidades escolares efetivem a gestão democrática. .

A gestão democrática, enquanto princípio basilar da educação nacional, está prevista também na Constituição Federal (art. 206) e também no Plano Nacional de Educação, em sua meta 19, a qual estabelece: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos

de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto” (BRASIL, 2014, p.)

Para além da previsão legal da gestão democrática é preciso considerar que a qualidade da educação se molda e se faz presente conforme os interesses hegemônicos que orientam a organização social e a organização da escola. Por isso, no curso de formação em tela, alguns temas se mostraram imprescindíveis para o debate sobre a qualidade e a gestão da escola pública no Curso de formação aqui relatado: qualidade da escola e da educação; relação família-escola; o Projeto Político Pedagógico enquanto processo coletivo; a gestão da escola; a gestão de recursos financeiros; novas propostas para a gestão da escola. Discutir esses temas na atualidade é tarefa fundamental, especialmente considerando que as políticas educacionais são elaboradas, aprovadas e implementadas num contexto de um Estado neoliberal que se caracteriza pelo seu afastamento na oferta dos direitos sociais, como a educação.

Participaram do Curso: 78 ouvintes e 5 palestrantes, que percorreram e formentaram a discussão sobre os temas acima mencionados. Entre os cursistas houve participação de: estudantes de graduação (com 27 pessoas), pós graduandos (17), e profissionais de educação básica (35), sendo que desses 17 pessoas eram coordenadores ou gestores de escolas. A sistemática adotada foi a realização de 8 encontros síncronos, via plataforma digital; atividades assíncronas, caracterizadas por estudos de textos relativos às temáticas a serem abordadas e observações da realidade educacional; e, ainda, avaliação de cada encontro síncrono realizado e do curso como um todo.

A partir da realização dos encontros síncronos e dos dados coletados nos formulários avaliativos dos cursistas é possível indicar que as temáticas apresentadas propiciaram um debate participativo, com discussões significativas para o cenário educacional. Além disso, as avaliações, realizadas após cada encontro e no final do curso, indicam que os objetivos foram alcançados, visto que os cursistas enfatizaram os seguintes pontos: os encontros contribuíram para a prática profissional; para entender o contexto educacional, a gestão, as avaliações, como os grupos privados estão atuando na formação dos professores e como estes influenciam a escola; para compreender a importância de possíveis meios para a resistência dentro da escola e para o fortalecimento

do papel das instituições públicas como lugar de aprendizagem e conhecimento significativo.

Aguns cursistas destacaram que os conteúdos abordados possibilitaram entender o processo de privatização como elemento de sucateamento da escola pública. Apontamentos de como a organização do projeto político pedagógico pode direcionar o fazer pedagógico, e, o papel dos envolvidos nesse contexto como caminho para uma gestão democrática também foram destacados nas avaliações.

Devido o limite imposto para o presente texto, não é possível apontar todos os aspectos elencados pelos participantes como importantes e necessários para a compreensão sobre a qualidade da educação e a função da gestão escolar: a militarização das escolas; a formação de gestores por agentes privados, o financiamento público. Tais temáticas necessitam ser discutidas como forma de contrapor as ações coordenadas dos agentes privados no âmbito das Secretarias Municipais e Estaduais, visto que a luta por outra hegemonia deve se dar em todos os espaços. Na luta por outra hegemonia, a escola pode exercer sua “função educativa positiva” (GRAMSCI, 2007, p. 287), possibilitando que os subalternos se libertem das amarras expressas nos interesses dominantes.

Conclusões

As formações oferecidas no âmbito da educação pública brasileira seguem a receita neoliberal que objetiva reafirmar os pressupostos capitalistas, mantendo a lógica de divisão de classes, exploração dos trabalhadores e ampliação do capital. A escola, sob essa lógica exerce papel fundamental e se torna campo fértil para que os interesses do capital se multipliquem. Por isso, é urgente retomar os rumos da educação brasileira com foco na formação para a liberdade e para a busca de outra forma de vida.

Os debates e as avaliações sobre o curso aqui relatado evidenciam a necessidade de realização de atividades que se contraponham às ações de formação de profissionais da educação por agentes privados, visto que os princípios basilares da educação nacional, como gestão democrática e qualidade da educação precisam ser retomados sob a ótica da classe trabalhadora.

Referências

BRASIL, Presidência da República, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10. set. 2022.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10. set. 2022.

BRASIL, Presidência da República, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10. set. 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (orgs). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo. 2017.